



O DESAFIO DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO E A NOVA BNCC

SOUZA, Maria Rosa de¹
PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio²

Resumo

Essa reflexão é sobre o ensino de Geografia escolar, os objetos de conhecimento, as propostas mais recentes das políticas públicas, como o novo eixo curricular da educação básica, BNCC/2018. Objetivo é refletir sobre o ensino de Geografia escolar, pautados nas propostas da nova BNCC. O ensino de Geografia do século XXI, deve preocupar com a cidadania, formar cidadãos atuantes, com competências e habilidades capaz de romper com as imposições capitalistas/novo colonialismo do poder, do ser e do saber.

Palavras-chave: BNCC, Educação, Ensino de Geografia, Ensino Médio.

Abstract

This reflection is about the teaching of school geography, the objects of knowledge, the most recent proposals of public policies, such as the new curricular axis of basic education, BNCC / 2018. Objective is to reflect on the teaching of school Geography, based on the proposals of the new BNCC. The teaching of Geography of the 21st century, must be concerned with citizenship, form active citizens, with competences and skills capable of breaking with the capitalist impositions / new colonialism of power, being and knowledge.

Key words: BNCC, Education, Geography teaching, High school.

Resumen

Esta reflexión trata sobre la enseñanza de la geografía escolar, los objetos de conocimiento, las propuestas más recientes de políticas públicas, como el nuevo eje curricular de la educación básica, BNCC / 2018. El objetivo es reflexionar sobre la enseñanza de la Geografía escolar, a partir de las propuestas del nuevo BNCC. La enseñanza de la Geografía del siglo XXI, debe preocuparse por la ciudadanía, formar ciudadanos activos, con competencias y habilidades capaces de romper con las imposiciones capitalistas / nuevo colonialismo del poder, el ser y el saber.

Palabras clave: BNCC, Educación, Enseñanza de la geografía, Escuela secundaria.

¹ Mestranda em Geografia, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Professora da Educação Básica na Rede Estadual. mrosasouza21@gmail.com

² Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso, Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) - Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8733-8255>. leal@unemat.br



1. Introdução

A Geografia ensinada na educação básica do século XXI tem sido alvo de sucessivos debate e reflexões, a respeito do sistema nacional de ensino e o desafio de ensinar geografia numa sociedade cada vez mais heterogênea, com “mudanças no mercado de trabalho e as suas influências no ensino” (VESENTINI, 2009, p. 45). Muito dessas reflexões tem sido no sentido de alcançarmos um ensino educacional mais igualitário, com ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e preocupada com a preservação do meio natural. “A educação está no processo constante de mudanças, mudanças essas que tentam acompanhar o ritmo do novo milênio.” (ARAÚJO & YOCHIDA 2009, p. 2).

O professor de geografia tem a responsabilidade de formar cidadãos que saiba defender seus interesses tanto na comunidade em que vive quanto na sociedade mundial, pois o mundo hoje é global, os problemas, as diferenças são local e mundial, a globalização pode chegar em todos lugares, mas de forma diferente, ou seja, não há uma sociedade totalmente integrada. (VLACHL, 2003, p. 2)

O desafio é produzir uma geografia que dá conta de explicar e ao mesmo tempo compreender as relações e diferenças entre os variados grupos que compõem a sociedade atual. O presente artigo inicia-se com uma breve contextualização do Ensino Escolar no século XX, tendo como foco a criação e organização do antigo 2º grau e todo seu aprendizado técnico voltado para atender as necessidades de uma conjuntura capitalista, com forte resquício do positivismo. Com a publicação da atual LDB, o 2º grau ganha uma nova nomenclatura, passa ser o Ensino Médio, etapa final da educação básica, Com o propósito de aprofundar os conhecimentos obtidos na etapa anterior, “Na direção de atender às expectativas dos estudantes e às demandas da sociedade contemporânea” (BRASIL, p. 462, 2018).

A discussão sobre o ensino de Geografia em sala de aula é no sentido de tornar visível para o aluno a “importância do conteúdo geográfico” para a compreensão da sociedade na qual ele está inserido e na sua formação. Impedindo-o de nutrir a ideia de “inutilidade do ensino da Geografia” e com uma perspectiva de mostrar que o ensino da geografia encontra-se no interior de muitas preocupações voltada para a produção de um conhecimento inovador e libertador, com respeito às minorias e valorização de suas culturas. (CASSAB, 2009).



A reflexão é principalmente como o professor irá trabalhar o ensino de Geografia em sala de aula a partir de mudanças implementada pela nova BNCC. Sobre enfoque metodológico no ensino educacional do país, o positivismo sempre esteve presente no ensino de geografia “com explicações objetivas e quantitativas da realidade, que proporcionava uma ideia de neutralidade do saber e discurso geográfico, não priorizando as relações sociais”. (MATIAS, 2008 p.02).

Essa reflexão foi pautada a partir de pesquisa bibliográfica, com leituras de autores que trabalha essa temática e consulta aos documentos de políticas públicas que norteiam a educação básica, no âmbito federal e estadual, na busca de novas formas para trabalhar ensino de geografia nas escolas.

2. O ensino escolar no final século XX: uma breve contextualização

Durante os anos de chumbo no Brasil que perdurou até 1985, todos os setores da sociedade foram atingidos severamente, inclusive a educação. Ghiraldelli (2001, p.104), aponta “(...) que só uma visão bastante condescendente com os ditadores poderia encontrar indícios de algum saldo positivo na herança deixada pela Ditadura Militar.”

A universidade brasileira, foi imediatamente alvo de reforma. Entre essas reformas está a retirada do curso de filosofia e a descaracterização da Geografia e História em Estudos sociais na educação básica. (GHIRALDELLI, 2001)

Sob a égide da Lei de Diretrizes da Educação de número 5.692/71, o 1º e o 2º graus também são reformulados, e o segundo Grau passa a oferecer o ensino profissionalizante obrigatório, em 1982 passa ser preparação para o trabalho (Lei 7.044/82), com isso o ensino profissionalizante deixa de ser obrigatório.

A Lei 7.044/82 não significou uma nova reforma do 2º grau, mas apenas um ajuste no texto da Lei 5.692/71, no Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Com a Lei 7.044/82 o texto é alterado no Art. 1º que, substitui a palavra *qualificação*, para *preparação* para o trabalho, a partir de então, retirou das escolas a obrigatoriedade da **RCC, Juara/MT/Brasil, v. 6, n. 1, p. 112-126, out./dez. 2020, ISSN: 2525-670X 114**



habilitação profissional, “uma vez que os currículos não estão mais obrigados a reservar a maior parte da carga horária para a profissionalização.” (FIOD, 1983, p. 93).

Os resultados da política educacional da ditadura militar são os que ainda vamos encontrar no final dos anos 1980 e na década seguinte, com resquício até os dias atuais, como altos índices de evasão, repetência e analfabetismo (UCB, 2007, p. 30).

São muitas as mudanças desastrosas na educação durante o período militar, que aqui não é nosso foco, o nosso objetivo é analisar a educação que vai ser estruturada no país no pós ditadura militar. No final do período militar, início da década de 80, “começaram a aparecer sinais da insatisfação da população além organização e aumento significativo das oposições ao regime militar” (FONSECA, 2001).

Em seu livro, *Introdução à Educação Escolar Brasileira: História, Política e Filosofia da Educação*, Ghiraldelli Jr (2001, p. 161), comenta que,

A partir de 1985 o Brasil ficou livre da Ditadura Militar. A nova democracia tem sido, de fato, o período de maior liberdade e de maior respeito dos diversos setores sociais para com as instituições políticas democráticas brasileiras, se comparado com toda a história do país. Paradoxalmente, durante todos esses anos, a concentração de riqueza no país aumentou assustadoramente. A discussão da política educacional, o embate das ideias pedagógicas e a legislação, tudo isso, ganhou um nível de complexidade jamais visto, dada a complexidade da própria população brasileira, que depois dos anos setenta ultrapassou a casa do cem milhões de habitantes.

O ensino escolar no final século XX, especificamente sobre o final dos anos de 1980 e a década de 1990, de acordo com (BUITONI, 2010, p.13), o país vivia o processo de anistia, de conquista de liberdade democrática, da livre expressão e manifestação da sociedade brasileira em busca de soluções para problemas de diferentes campos da vida social, entre eles, o da educação. Nesse contexto de abertura e mudanças políticas, é que se inicia a elaboração de novas propostas para a educação no Brasil como afirma Vlach (2003, p.13),

Esse mundo novo exige uma reforma do pensamento e uma reforma do ensino. Nesse sentido, entendemos que o ensino de geografia adquire uma importância ainda maior do que aquela que desempenhou como uma das disciplinas da “nacionalização”: cabe-lhe articular o local e/ou o nacional ao mundial, algo indissociável da formação de cidadãos plenos e atuantes. O exercício dessa cidadania pode começar, e/ou se desenvolver, na escola, na medida em que os alunos, sob a mediação do professor, são co-sujeitos do processo de ensino-aprendizagem.

A partir de 1988 com promulgação da nova constituição, importantes reformas democráticas vão começar a ser implantada na educação brasileira diversas entidades vão

RCC, Juara/MT/Brasil, v. 6, n. 1, p. 112-126, out./dez. 2020, ISSN: 2525-670X 115



constituir o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública em 1987, por meio da Campanha Nacional pela Escola Pública e Gratuita que defende o acesso todos a educação. (BORGES, 2012 apud PCN, 1999, p. 29-30).

Ao longo da década de 1990, ações na esfera educacional federal trouxeram como resultado a produção de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) voltados a todas as disciplinas, níveis e modalidades da educação básica, sustentados por premissas e diretrizes para e aprendizagem, apontados pela Unesco – “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver, aprender a ser”.

Outro importante momento para a educação foi a criação da Lei nº 9.394, de 31 de dezembro de 1996, denominada de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que estabelece sua regulamentação específica e uma composição curricular mínima obrigatória ao sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. Podemos assim afirmar que a educação, no âmbito nacional, é resultante de inúmeras lutas direcionadas a ela, advinda de uma comunidade escolar que sempre lutou e luta, para que o país têm um sistema educacional mais igualitária e com acesso para todos. De acordo com Fonseca (2001, p.15),

Diversas deficiências relacionadas aos erros do passado, prejudicando, dessa forma, inúmeros cidadãos que sofreram, sofrem e sofrerão com a degradação do ensino que, até os dias de hoje, parece não se recuperar das ações dos falhos sistemas anteriores.

3. O ensino escolar do século XXI: o ensino médio

O ensino médio está dentro do ensino básico junto ao infantil e fundamental. Trata-se dos últimos anos na escola que prepara os alunos para uma nova etapa de vida, o ensino superior. Este processo e os assuntos abordados nestes períodos são baseados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e no Plano Nacional de Educação (PNE).

Para iniciar a reflexão sobre o ensino médio do século XXI, nada melhor, que uma citação daquele que é considerado um dos mais importantes educadores de nosso tempo, sua genialidades como educador não se restringe somente ao Brasil, sua obra é conhecida em vários países, Freire (1997) é a grande inspiração dos professores que preocupam-se com a aprendizagem dos seus alunos e sempre será referência na educação básica de nosso país,



É que não existe ensinar sem aprender e com isto eu quero dizer mais do que diria se dissesse que o ato de ensinar exige a existência de quem ensina e de quem aprende. Quero dizer que ensinar e aprender se vão dando de tal maneira que quem ensina aprende, de um lado, porque reconhece um conhecimento antes aprendido e, de outro, porque, observando a maneira como a curiosidade do aluno aprendiz trabalha para apreender o ensinando-se, sem o que não o aprende, o ensinante se ajuda a descobrir incertezas, acertos, equívocos. (FREIRE, 1997, p. 19).

Na última década do século XX, as discussões pelo país eram no sentido de construir uma educação que superasse as diferenças entre “gestão educacional e a organização político-pedagógico”, fazendo reformas em todos os níveis da educação procurando superar um modelo educacional seletivo e excludente das décadas anteriores. Com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394 de 20 de dezembro de 1996, traz a premissa de uma educação mais igualitária de acordo com o seu art. 2º,

tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo do exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” (BRASIL, 1996).

Mudanças significativas ocorrem com a última etapa da educação básica, o ensino médio, projeto político-pedagógico surgem com propostas novas, tendo como cenário as transformações nos processos produtivo e as novas modalidades de trabalho que emergem, resultante das transformações ocorrida no sistema capitalista.

A intensidade de certas transformações alterou de modo importante não apenas o modo de viver das pessoas (Concentração em grandes cidades, novas atividades profissionais, novas formas de comunicação e deslocamento, novos hábitos de consumo e etc.), mas também o modo das empresas produzirem (redução dos estoques, utilização de trabalhadores polivalente e não especializado numa só tarefa). (FIRKOWSKI, 2010, p. 176).

É neste contexto que surgem propostas para construção de um novo currículo para o Ensino Médio mais condizente com as necessidades do novo milênio.

Conforme Callai (2010, p.25), a escola “(...) tem em si a responsabilidade de oportunizar o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, muito embora, atualmente, a ela sejam atribuídas outras tantas funções.”

Os novos arranjos da sociedade, sobre égide do capitalismo irá exigir grandes desafios aos educadores, no sentido de pensar uma formação mais humana que seja capaz de atender ao mesmo tempo os processos produtivos e sua preparação intelectual para lidar com questões



sociais (SEDUC/ MT, 2012). “Dessa forma os novos currículos do ensino médio tem procurado atender essa nova geração de jovens com propostas mais humanizadas” como comenta Vesentini (2009, p.53).

A busca por informações nessa etapa final da educação básica que visa desenvolver nos educandos capacidade de usar os conhecimentos adquiridos para resolução das situações práticas do cotidiano e as questões de cunho social. Cumprindo assim o que está na LDBEN em seu art. 35, item III “o aprimoramento do educando como pessoa humana, inclui a informação ética e o desenvolvimento e a autonomia intelectual e o pensamento crítico” (BRASIL, 1996). Complementando o que está posto na LDBEN, as Orientações Curriculares para a Educação Básica de Mato Grosso (2012, p. 72) afirmam que,

A escola média deverá ser capaz de, ao articular ciência, trabalho e cultura, exercer a função universalizadora através de um projeto político-pedagógico que permita o enfrentamento dessas limitações, elaborar e pôr à disposição dos jovens que vivem do trabalho a nova síntese entre o geral e o particular, entre o lógico e o histórico, entre a teoria e a prática e entre o conhecimento, o trabalho e a cultura. Essa é a finalidade do Ensino Médio público.

Muito já foi discutido, sobre ensino da Geografia escolar e a formação da cidadania nesta última etapa da Educação Básica, uma preocupação diária na preparação de indivíduos críticos e conscientes dos seus direitos e do seu papel exercido na sociedade, a escola do século XXI não pode de forma alguma negligenciar e nem desvalorizar a disciplina geografia.

4. Ensino de geografia: desafios e perspectiva

Nossa luta como educador, é por uma formação mais humana, que possamos preparar os jovens não só para o mercado de trabalho, mas para ser cidadãos consciente com capacidade de decisão e posicionar frente as diversidades de uma sociedade cada vez mais competitivo e desigual,

Estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta (BNCC, 2018, p. 359).



O desafio é transformar o ensino da geografia para produção de um conhecimento que seja libertador, com respeito às minorias e valorização de suas culturas, um conhecimento que atende seu crescimento enquanto indivíduo, mas que também possibilita a convivência no coletivo, e com percepção do espaço que ocupa na sociedade, que de acordo com Clarice Cassab (2009), a geografia trabalhada no Ensino Médio deve adotar uma visão que, em sala de aula o foco das análises deve deslocar do indivíduo para as lutas de classes, ou seja, na compreensão de seu lugar no mundo. Assim,

É preciso deixar clara a importância do conteúdo geográfico para o entendimento da sociedade e na própria formação do aluno evitando, com isso, que domine a visão da suposta inutilidade do ensino da Geografia [...] não basta saber geografia para ser professor de geografia, certamente, é fundamental que o professor tenha uma formação que contribua em sua compreensão a respeito do processo de produção dos conhecimentos geográficos. O desafio é construir uma reflexão a respeito da especificidade de se ensinar geografia na escola (CASSAB, 2009, p. 8).

Nesse tópico faremos uma reflexão sobre o ensino de geografia ao Ensino Médio, quais desafios os professores terão que enfrentar na construção de planos de aula (itinerários formativos) e o papel da escola na sociedade a partir do que está posto na nova BNCC. Na construção dos itinerários formativos pelas escolas irá haver discrepância entre uma e outra, porque depende de infraestrutura e recursos humanos, o itinerário formativo não é ruim, mas depende muito da metodologia que será utilizada na construção dos eixos estruturantes “investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sócio cultural e empreendedorismo”, as realidades locais são diferentes em muitos fatores. De acordo com Pinto e Carneiro, (2019, p. 4),

O momento atual carece de muitas reflexões, os desafios da geografia escolar no Ensino Médio, qual apresentado pela nova Base Nacional Comum Curricular, documento oficial dividido em quatro grandes áreas, onde a Geografia como disciplina passa a fazer parte do conjunto de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, tendo implicações bastante contraditória acerca das categorias conceituais do seu objeto de estudo no ensino médio.

A disciplina de Geografia não deixa de ser uma disciplina obrigatória no Ensino Médio até o momento, porém os professores dessa disciplina na Educação Básica ficam com responsabilidade de produzir um planejamento com clareza, quanto ao objeto e o método de



análise, para que seja compreensivo/atrativo para os alunos, que estes possam matricular na disciplina.

A preocupação é que temos ainda uma geografia escolar, muito forte no positivismo, aulas pouca atrativa para os jovens do Ensino Médio, com isso há um risco eminente de escamoteamento a geografia, o que nos remete a uma preocupação quanto ao futuro do ensino de geografia nas escolas de nível médio.

Pinto e Carneiro (2019) no seu artigo “O ensino de geografia no século XXI: prática e desafios do/no Ensino Médio,” fazem perguntas bastante provocativas em relação ao futuro do ensino de geografia, com a promulgação da nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC,

Para onde vai este ensino? Será que essa disciplina vai perder a sua legitimidade escolar? E o conhecimento do espaço geográfico, a partir de suas categorias de análises – lugar, território, região e paisagem, qual outra disciplina terá a autonomia para discuti-las?. (PINTO e CARNEIRO 2019, p. 13)

Estamos diante de muitos questionamentos, como ficará o ensino de geografia nas escolas? Há possibilidade dessa disciplina perder sua legitimidade escolar? O que está posto, é que essa organização da Base Nacional Comum Curricular, documento elaborado pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC, não exclui necessariamente a geografia, com suas especificidades e saberes próprios historicamente construídos, permanecerá na grande área das Ciências Humanas mas, as leituras feita na organização curricular do Ensino Médio, essa disciplina é pouco contemplada,

a Geografia já foi incluída nas Ciências Humanas do Ensino Médio, no começo dos anos 2000, sem uma clareza de qual critério foi adotado para fazer superar essa dúvida apresentada no texto, para que a mesma ficasse na área de Ciências Humanas. Não deveria haver equívocos de que a Geografia é uma ciência que tem no homem e sua relação com o meio o seu objeto de estudo. (PORTELA, 2018, p. 54).

Há um desrespeito pela falta de informações relacionado ao campo teórico e metodológico ao qual assentam as orientações curriculares, tencionado para uma dimensão nacional na BNCC.

Sobre as categorias de análises, lugar, região e paisagem nessa etapa do ensino escolar não está claro como será discutida. Seria importante trabalhar /valorizar a noção de espaço produzido e não de espaço ocupado, para ser coerente com pensamento de Milton Santos, **RCC, Juara/MT/Brasil, v. 6, n. 1, p. 112-126, out./dez. 2020, ISSN: 2525-670X 120**



usado como uma das referências na BNCC, “mas, sobretudo, para valorizar a riqueza do conceito de espaço geográfico e destacar a dialética socioespacial que ele encerra.” (SENE, 2015, p. 03).

A história da educação brasileira, sempre foi marcada por muitas reformas, buscando formar um currículo que supere as necessidades de ensino no país.

Suessi & Silva (2019) discorre que, a colonização imposta pelos europeus deixou marcas que reflete ainda hoje na produção de conhecimentos e a forma de ensino no país, pois ainda se encontram permeados pelo “colonialismo do saber,” que impôs sua cultura, sua língua e sua forma de organização espacial, que “refletem nas estruturas econômica, de poder e nos modos de ser, saber e pensar” desse território que passou ser conhecido pelo mundo afora como Brasil,

Historicamente, desde que o Brasil iniciou seu processo de colonização, sua constituição deu-se sob as bases do colonialismo, do patriarcado e do escravismo, sendo visto por seus colonizadores como uma terra exótica e tropical, ocupada por povos incultos e não dignos de um mesmo tratamento dos europeus. [...] No Brasil, a imposição eurocêntrica na produção de conhecimentos reflete até hoje na educação, de modo geral, e na Geografia Escolar, de modo específico, pois ainda se encontram permeadas pelo colonialismo do saber” (SUESSI & SILVA, 2019, p. 2).

Ensino de Geografia, seus desafios, suas perspectivas para o futuro, é a preocupação de muitos educadores, e tem gerado muitas reflexões, e sem dúvida carece de muitas discussões para desconstruir ideias equivocadas, assentada no positivismo que ainda permeia o processo de ensino e aprendizagem, a Geografia no ensino médio tem muito a contribuir, centrada na realidade do cotidiana dos alunos, a geografia é muito mais que informação, é ciência,

As possibilidades de tornar a Geografia uma matéria interessante são inúmeras, mas não se bastam em si mesmas. Por outro lado, é importante que se tenha clareza das categorias fundamentais para análise geográfica, para sabermos do papel da Geografia no ensino. Ao construirmos um olhar geográfico da realidade, estaremos nos baseando nestas categorias e procurando entender o mundo em que vivemos, e nos instrumentalizando para viver nele como cidadãos. (CALLAI, 1999, p. 99)

Sendo assim a geografia é a Ciência capaz de explicar e discutir com bastante pertinência, a produção do espaço pelo homem, a partir de suas ações sobre este, “O conteúdo de Geografia continua sendo o mundo, isto é, o espaço produzido pelos homens na sua luta
RCC, Juara/MT/Brasil, v. 6, n. 1, p. 112-126, out./dez. 2020, ISSN: 2525-670X 121



contínua para sobrevivência” (CALLAI, 1999, p.98). Ainda de acordo com autora supracitada o caminho é que tem que ser reconstruído e existem caminhos diversos e alternativos. A escolha destes devem se dar de acordo com as circunstâncias do mundo atual.

Não é possível a reprodução de uma sociedade marcada pela extrema desigualdade, violência e práticas autoritárias, e preciso pensar e atuar no sentido da construção de uma cultura de direitos humanos e valorização a vida. Trabalhar a diversidade com Ensino Médio, “é desenvolver ações educativas que garantam estas temáticas na construção de currículo multicultural e, sobretudo, do respeito a diversidade”. (SEDUC, 2012).

Certamente o ser humano não nasce predestinado a ser violento, mas sim, o ambiente em que está inserido, as injustiças que o cerca, Segundo Assis (2010, p. 38) não se muda “uma cultura não é algo que se faz por lei ou decreto. É um processo mais demorado, lento, com idas e vindas, avanços e retrocessos e exige o engajamento coletivo.

A Lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDBEN (BRASIL, 1996) traz em um dos seus princípios o “respeito à liberdade e apreço à tolerância”, ou seja, estimular o respeito para à diversidade dentro do ambiente escolar, é dar a oportunidade deste indivíduo crescer como ser humano, respeitar a opção sexual, mostrar por meio de fatos concreto que o racismo mata, onde uma sociedade julga a pessoa pela cor da pele, não é algo que pode continuar sendo reproduzido a democratização. Para Assis, “Permanece em nossa sociedade uma distância entre os direitos proclamados e sua real efetivação, ou seja, entre a teoria, as leis e a prática social e cotidiana.” (2010, p.24). Sem dúvida a Geografia é a disciplina que pode trabalhar todos esse aspectos com os jovens do ensino médio, refletindo na pretensão de construir uma cidadania mediante os conteúdos da geografia.

A educação precisa estar “em sintonia com os ideais implícitos aos movimentos populares, exatamente porque educar para a cidadania pressupõe a formação de sujeitos capazes de promover transformações sociais, políticas e econômicas.” (BADO, 2009, p. 30).

Considerações finais

Ao final dessa reflexão, as inquietações continua, há muitas perguntas que ainda não foram respondidas, como será o ensino de geografia na última etapa da educação básica, com a nova Base Nacional Comum Curricular? O que há de novo na BNCC – nomeadamente para **RCC, Juara/MT/Brasil, v. 6, n. 1, p. 112-126, out./dez. 2020, ISSN: 2525-670X 122**



o ensino de Geografia? Quais seriam as razões para se colocar a disciplina escolar de Geografia em conjunto com as ciências humanas? Cabe muitas reflexões e discussões para responder essa e outras perguntas que angustia muitos educadores da atualidade.

Neste momento faz-se necessário pensar/discutir a educação e os novos caminhos a ser percorrido pela educação escolar e o ensino de geografia, nesse momento que implanta mudanças importantes na educação básica, as quais chamam de evolução no ensino aprendizagem de crianças e jovens, mas o que tem de novo? Inovação ou retrocesso?

É evidente que não há inovações, se não houve retrocesso também não avançamos. Há necessidade de mudanças na forma de ensinar, é preciso avançar, mas, sem destruir, sem priorizar, a geografia não pode ser escamoteada, é improrrogável discutir avanços significativos para o ensino escolar, que supere as deficiências educacionais em todo os níveis de ensino das escolas públicas.

Referências

ARAÚJO, P. L.; YOCHIDA, S. M. P. F. **Professor:** desafios da prática pedagógica na atualidade. faculdades integradas mato grossenses de ciências sociais e humanas, Cuiabá/MT, 2009. Acesso em: www.ice.edu.br/webdisco Acesso em: 15/08/2020.

ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO Patrícia e AVANCI, Joviana Quintes (org.) **Impactos da violência na escola:** um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Ministério da Educação / Editora FIOCRUZ, 2010. Disponível em: www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/15275/2/impactos-violencia-escola.pdf. Acesso em: 20/08/2020.

BADO, Sandra Regina de Lima; **Desafios da geografia:** a cidade como conteúdo escolar no ensino médio. 2009, 164p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre, RS. 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16657/000704137.pdf>
Acesso em: 18/08/2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC.** Brasília: Ministério da Educação, 2018. 600 p.

_____. **Lei nº 8.394,** de Diretrizes e bases da educação nacional. 3ª edição, 2006.



_____. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. D.O.U. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 de agosto de 1971. Poder Executivo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>: Acesso:19/08/2020.

_____. **Lei nº 7.044**, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. D.O.U. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de outubro de 1982. Poder Executivo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Alterar%20dispositivos%20da%20Lei%20n%C2%BA,do%20ensino%20de%20%C2%BA%20grau.&text=176%20e%20178%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o,%C3%A9dio%2C%20o%20de%20%C2%BA%20grau>. Acesso em: 10/08/2020.
BORGES, Marisa. A Política Educacional Nos Anos De 1980 E 1990: Qual A Proposta De Democratização Da Gestão Escolar? **Atos de pesquisa em educação** - PPGE/ME FURB ISSN 1809-0354, v. 7, n. 1, p. 143-174, jan./abr. 2001. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/2714>. Acesso em: 20/08/2020.

BUITONI, Marísia Margarida Santiago. (Org.) Introdução. In: **explorando o ensino da geografia**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

CALLAI, Helena Copetti. Escola, Cotidiano E Lugar. In; **Explorando o ensino da geografia**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

CASSAB, Clarice; Reflexões Sobre O Ensino De Geografia; **Geografia. Ensino & Pesquisa**, UFSM, Santa Maria, v. 13 n. 1, p. 43-50, 2009 ISSN 01031538

FREIRE, P., **Professor sim, tia não; cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo Olho d'água, 1997. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Professora-sim-tia-n%C3%A3o-Cartas-a-quem-ousa-ensinar.pdf>. Acesso em: 10/08/2020.

FIOD, Edna Garcia Maciel. **Ensino de 2º grau, hoje: a reafirmação do óbvio**. Perspectiva. r. CED, Florianópolis, SC. 1(1), 85-98 Ago./dez. 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8319/7650> Acesso: 19/08/2020.

FRIKOSWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. Trabalho Industrial No Século XXI; In; **Explorando o ensino da geografia**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

FONSECA, Bianca Trindade: Reflexões acerca da Educação durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). 2001. Disponível em : <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/reflexoes-acerca-educacao-durante-ditadura-militar.htm>. Acesso em: 10/08/2020.



GHIRALDELLI Jr., Paulo. **Introdução à educação escolar brasileira**. História, Política E Filosofia Da Educação. 2001. Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Introdu-Edu-Bra.pdf Acesso em: 10/09/2020.

MATIAS, Vandeir Robson da Silva. Abordagem Teórica–Metodológica Da Geografia Escolar E Cotidiana: Elementos Importantes No Processo De Ensino E Aprendizagem, **Caminhos de geografia - revista online**: Disponível em:

<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html> ISSN 1678-6343. Acesso em: 15/08/2020.

PINTO, Francisco Ringostar e CARNEIRO Rosalvo Nobre; O Ensino De Geografia No Século XXI: Práticas E Desafios Do/No Ensino Médio. **Revista Geo Interações**, Assú, v.3, n.2, p.3-22, jul./dez. 2019. Disponível em:

<https://www.google.com/search?q=O+ensino+de+Geografia+no+s%C3%A9culo+XXI%3A+Praticas+e+desafios+do%2Fno+Ensino+M%C3%A9dio.&oq>

Acesso em: 15/09/2020.

PORTELA, Mugiany Oliveira Brito. A BNCC para o ensino de Geografia: a proposta das ciências Humanas e da interdisciplinaridade. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.1, p. 48-68, 2018. ISSN: 1982-3878.

João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br> Acesso em: 20/11/2020.

Secretaria de Educação de Mato Grosso. **Orientações Curriculares Para Educação Básica**. SEDUC: Cuiabá-MT, 2012.

Secretaria de Educação de Mato Grosso – SEDUC **Orientações Curriculares área se Ciência Humanas**. Educação Básica de MT. Disponível em:

<http://cos.seduc.mt.gov.br/wmmostramodulo02.aspx?55,238,Componente+Arquivo+02>. Acesso em: 20/07/2020.

SUESS, Rodrigo Capelle; SILVA, Alcinéia de Souza. **Perspectiva decolonial e a (Re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de Geografia**. 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/geografia/rt/printerFriendly/35469/html>.

Acesso em 20 ago. 2020.

SENE, José Eustáquio de. **Parecer crítico sobre a Base Nacional Comum Curricular – Geografia**. 2015. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/Jose_Eustaquio_de_Sene_Geografia.pdf. Acesso em: 20/11/2020.

Universidade Castelo Branco. **História da educação brasileira**. – Rio de Janeiro: UCB, 2007. 40 p. Disponível em:

<http://ucbweb.castelobranco.br/webcaf/arquivos/HistoriadaEducacaoBrasileira.pdf>

Acesso em : 15/08/2020.

VESENTINI, José William; **Repensando a geografia escolar para o século XXI**. São Paulo: Plêiade, 2009. 161 p. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/81c81s>



Acesso em: 10/08/2020.

VLACH, Vânia. **Ensino e Geografia no início do século XXI**: Desafios e perspectivas. Mérida (México): Anais do Encuentro de Geógrafos de América Latina. Disponível em : <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Teoriaymetodo/Teoricos/04>
Acesso em : 19/08/2020.

Recebido: 21/11/2020

Aprovado: 16/12/2020

Publicado: 31/12/2020